

ARQUIVO 4

Norberto Bobbio, o Socialismo, o Liberalismo e a Democracia

Carlos Vasconcelos Rocha*

O que poderia ser apenas um dado biográfico torna-se, na verdade, um fator importante de influência intelectual.

I Norberto Bobbio, teórico da política e do direito e ativista político, nasceu em 1909, na Itália. O que poderia ser apenas um dado biográfico torna-se, na verdade, um fator importante de influência intelectual. Seu país de nascimento alia algumas especificidades neste século: uma forte inserção dos ideais liberais; uma grande tradição dos movimentos de esquerda, com a existência do maior Partido Comunista do Ocidente; berço da Igreja Católica; anos de vigência do regime fascista e um movimento de resistência que une, ombro a ombro, liberais e socialistas.

Desta forma, Bobbio vive em um ambiente que lhe fornece uma formação liberal mediatizada, posteriormente, pela tradição socialista. É herdeiro do sincretismo entre liberalismo, socialismo e

comunismo que a luta contra o fascismo gerou. Torna-se socialista, no final da década de 30, sem deixar de ser liberal.

Não representa, no entanto, um caso único. A ponte que procura construir entre o liberalismo e o socialismo decorre não de uma necessidade intelectual isolada, mas parte de um movimento coletivo que é ator fundamental na luta contra o fascismo.

O movimento liberal-socialista extrapola as fronteiras da Itália, mas tem aí um local de realização privilegiado. Funda até um partido, o Partido de Ação, do qual Bobbio participa e que não obtém grande sucesso. Tal tradição busca compatibilizar o que o liberalismo e o socialismo têm de melhor ou, em outras palavras, é “chiamato a far da

mediatore nel conflitto fra giustizia e libertà” (CALOGERO, 1945:66).

O intento de compatibilizar ambas as tradições, não se encontra esgotado. Ao longo do tempo, os problemas práticos colocados pela realidade impactam a teoria política. É assim que questões colocadas pela ordem liberal fazem com que haja a tentativa da busca de soluções nas concepções socialistas. Por outro lado, principalmente depois que o socialismo torna-se “real”, seus dilemas fazem com que aspectos da perspectiva liberal sejam retomados. Hoje, o desconforto e o sentimento de precariedade com relação às duas tradições estão presentes. Porém, o liberalismo e o socialismo continuam como parâmetros do debate. Como pano-de-fundo e conectada com ambas as tradições, ora em forma de complementaridade, ora em con-

tradição, está a questão da democracia.

O objetivo deste trabalho é realizar um balanço crítico parcial - pois a extensão e a complexidade da obra do autor italiano assim o impõe - das idéias de Bobbio sobre a relação liberalismo, socialismo e democracia. A justificativa da relevância de tal espaço é o lugar expressivo que o autor tem no debate, e a especificidade de sua perspectiva: a busca de colocar as questões sob a ótica do realismo, tributário de seu contêrrâneo Maquiavel, que falta aos liberal-socialistas e, em certo aspecto, aos marxistas.

I Um aspecto característico da obra de Bobbio é o diálogo constante travado com o pensamento socialista ou, mais especificamente, com o marxismo. Talvez seja sua parte mais interessante: são agudas e em grande parte procedentes as críticas que dirige ao marxismo.

Aponta, com razão, a falta de uma teoria do Estado socialista, ou da democracia socialista, em contraposição às fecundas elaborações liberais sobre o tema. O que pode ser garimpado nas obras de Marx e de outros teóricos marxistas, argumenta, são propostas pouco desenvolvidas e inexecutáveis. Algumas indicações em princípio válidas, não chegam a constituir alternativa para organização política de um grande Estado e nem são suficientes para configurar uma teoria do Estado socialista. Questões práticas e fundamentais como sistema eleitoral, problema do lugar da burocracia na estruturação do poder dos Estados modernos, relação

entre os poderes e os vários níveis do Estado e outros mais, são negligenciados.(1)

É em *A Guerra Civil na França* que Marx oferece, baseado na experiência da Comuna de Paris, os contornos do que seria a "forma política de emancipação social", e que orientam todas as elaborações marxistas posteriores sobre o assunto. Em linhas gerais, os princípios que norteiam a sua proposta são a des-centralização político-administrativa; a luta contra a organização burocrática como poder organizado hierarquicamente; o controle público dos servidores,

"Um aspecto característico da obra de Bobbio é o diálogo constante travado com o pensamento socialista"

através da eleição dos funcionários encarregados da administração e da legislação municipal, do poder de destituí-los a qualquer momento e da fixação do mesmo salário que recebiam os trabalhadores para todos os servidores públicos, qualquer que fosse o cargo. A nação devia ser o resultado do conjunto das comunas, autônomas e autogeridas, com as funções do Estado reduzindo-se ao mínimo. A base de toda essa concepção é a idéia do Estado como um "aborto sobrenatural da sociedade", conforme palavras do próprio Marx, gerido por uma "casta de parasitas estatais, sicofantas e sinecuristas bem pagos", cuja função última é administrar o domínio de uma classe sobre outra.

É contra estas idéias, ou falta de idéias, que Bobbio dirige suas críticas. Refere-se a questões pendentes como o problema das formas de participação, o controle do poder ideológico, as formas de institucionalização de dissenso e a existência da apatia política, que de resto são problemas colocados também para a democracia liberal.

Mas como explicar que os marxistas se tenham descurado de questões tão importantes e evidentes? O autor italiano é persuasivo ao listar os motivos. Em primeiro lugar, o interesse dos marxistas se dirige para problemas inerentes à conquista do

poder e não aos meios com os quais será exercido após a conquista. É natural, portanto, que o foco de análise, no sentido de proposições institucionais, seja o partido, que é o instrumento da conquista do poder, e não o Estado. O problema da organização estatal fica para depois da vitória. O

resultado prático de tal omissão é que o partido acaba ele mesmo tornando-se Estado.

Posteriormente, e articulado com o primeiro motivo, para o marxismo o Estado está destinado a desaparecer, pois o Estado socialista é transitório. Sendo assim, o problema de seu funcionamento é secundário. Em outros termos, o político é concebido como reflexo das dominações exercidas no campo da economia. Resolvido o problema da dominação na esfera econômica, fica resolvido o problema da esfera política. Só que isto é falso. Bobbio demonstra que o Estado não pode acabar a não ser que o sistema de estados acabe. Se um Estado está inserido em um sistema de estados, cujo ambiente pode ser descrito como hobbesiano,

é indispensável a existência de estados que criem uma situação de equilíbrio de poderes contrapostos. Como a extinção do Estado é algo improvável de ocorrer num horizonte razoável de tempo, o problema da democracia socialista se torna atual.

Finalmente, há o que Bobbio chama de “abuso do princípio de autoridade”, onde a teoria é buscada nas exegeses dos textos marxianos, e não através do estudo das instituições políticas dos Estados contemporâneos. Acrescenta-se o fato de que o marxismo é cindido em diversas correntes que se ocupam do debate estéril de quem interpreta melhor os textos de Marx.

III A referência ou com a qual Bobbio relaciona os pensamentos socialista e liberal é a democracia. Ou seja, boa parte das considerações que são feitas sobre as duas tradições guardam implicitamente,

como axioma, a eleição de certa concepção de democracia. Como se sabe, democracia é um termo que pode significar diversas coisas, e a adoção de determinado conceito em detrimento de outro irá influenciar todo o julgamento que o autor italiano fará do socialismo e do liberalismo. Porém, vamos por partes.

Bobbio adota o conceito restrito de democracia, qual seja, o *“conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) que consentem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta ou indireta, nas decisões que interessam a toda a coletividade.”*

(BOBBIO, 1983:55)

As regras se dividem em direitos

políticos (de voto e opinião); igualdade dos votos (“uma cabeça, um voto”); existência de alternativas reais para a escolha do eleitor; princípio de vitória da maioria, sem que haja limitação dos direitos da minoria.

Tal concepção de democracia é tributária da tradição liberal. Como o conceito de liberalismo também é complexo, é bom distinguir o liberalismo econômico do liberalismo político, que apesar da ênfase em aspectos diversos são relacionados. O que interessa aqui é que o liberalismo político, espe-

“O pensamento socialista, ao contrário, tem como traço característico a rejeição da ilusão liberal de que os indivíduos atomizados seriam portadores de autonomia e moral próprias.”

cialmente, funda o conceito formal de democracia.

O traço básico do pensamento liberal, segundo o conteúdo ético-político, é a defesa do indivíduo contra o poder do Estado, visando salvaguardar o valor moral e a autonomia da qual o indivíduo é portador. O princípio da autonomia individual é talvez o princípio mais caro que o liberalismo legou.

O resultado da defesa da autonomia moral do indivíduo é a concepção relativista que defende o pluralismo de valores como algo positivo para toda a sociedade, a importância do dissenso, do debate e da crítica e, portanto, da competição e do conflito,

exercidos obviamente dentro dos marcos normativos juridicamente dados.

O pensamento socialista, ao contrário, tem como traço característico a rejeição da ilusão liberal de que os indivíduos atomizados seriam portadores de autonomia e moral próprias. É uma tentativa de igualar o desigual: indivíduos diferentes, conforme sua posição na estrutura da economia, são considerados formalmente como iguais, quando substantivamente são desiguais. A democracia socialista, ou substantiva, visa portanto minimizar as diferenças sociais e econômicas resultantes da desigual distribuição da riqueza.

Como vemos, o conceito de democracia de Bobbio fica, de forma geral, circunscrito ao campo liberal. No entanto, o autor italiano não se exime de apontar de maneira arguta os problemas enfrentados pela democracia formal.

Com a complexificação das sociedades modernas, a questão da organização social ou da convivência pacífica de indivíduos diferentes torna-se mais complexa; especialmente dentro dos marcos democráticos. A consequência é que a democracia apresenta alguns paradoxos. Desta forma, a “democracia real” fica aquém do prometido pelos ideais democráticos. Dentre as “promessas não cumpridas” citadas podemos ressaltar: surgimento do neocorporativismo; persistência do poder oligárquico; limitação dos espaços onde a regra democrática se exerce; falta de transparência em questões públicas; apatia política de boa parte dos cidadãos; maior demanda por competência técnica, quando a democracia parte da hipótese de que

“todos podem decidir a respeito de tudo”; aumento do aparato burocrático, cujo poder se ordena de forma inversa ao da democracia, ou seja, é hierárquico; difícil resposta às demandas. (BOBBIO, 1986:17)

É a partir das idéias apresentadas acima, como se disse, que Bobbio irá abordar o pensamento socialista e o pensamento liberal. Apesar de fornecer os pressupostos históricos e jurídicos para o Estado democrático, a relação de liberalismo e democracia não é direta. Primeiro as democracias liberais foram apenas liberais e só depois democráticas, estando a gênese do processo de conversão situada na ação dos movimentos sociais, geralmente inspirados nas idéias socialistas, que à margem do sistema político forçaram a abertura do pacto liberal. Por exemplo, a adoção do sufrágio universal encontrou grande resistência por parte dos Estados liberais, denotando o recorrente desprezo pelo povo por parte das oligarquias. Na verdade,

“os liberais puros sempre consideraram a democracia como uma estrada aberta em direção à perda da liberdade, à revolta das massas contra as elites, à vitória do homem-rebanho sobre os pastores dos povos”. (BOBBIO, 1983:64)

Se a relação de liberalismo com a democracia não é tranqüila, para o autor italiano a relação entre socialismo e democracia é bem mais problemática. Apesar do socialismo reivindicar o aprofundamento da concepção liberal da democracia, seu erro básico, ou a principal causa de seus problemas com a democracia, é a idéia de que, resolvidos os problemas de dominação na esfera econômica, a

questão da liberdade humana estaria resolvida.

Ao abordar a relação socialismo/democracia Bobbio é surpreendentemente dúbio. Em parte de sua obra, afirma que a relação de ambos remete ao campo da teoria, já que a história não conhece na realidade qualquer síntese prática entre ambos. Porém, neste nível, entende que a democracia vale “com maior razão” para uma sociedade socialista. Isto porque o pensamento socialista é que leva o apelo ético de autonomia e liberdade ao limite do possível. Se a democracia permite que os interesses se expressem, é no socialismo que eles podem ser satisfeitos em maior medida.

“A disciplina partidária é, portanto, o substituto funcional do mandato imperativo.”

Já no nível prático, vê dificuldades na relação do socialismo com a democracia, dada a incompatibilidade entre economia socialista e política democrática. Teme que reformas estruturais, que ele julga ser um conceito pouco claro(2), rompam o pacto democrático. Toma como fato pacífico ser impossível controlar de baixo o poder econômico. Sua conclusão lógica é a impossibilidade de se chegar ao socialismo pela democracia. Conclusão curiosa, que será objeto de algumas considerações em parte posterior deste trabalho.

Um ponto que Bobbio dá ênfase é a crítica da democracia direta feita pelos socialistas. Nota que enquanto a crítica da direita ao sistema

representativo é antidemocrática, a de esquerda pretende ser hiperdemocrática: aqui, a crítica da democracia representativa é feita em nome da democracia direta. Afirma que a democracia direta foi proposta sem se atentar tanto para sua viabilidade prática, quanto para sua relação com a democracia indireta. Por outro lado, as dimensões dos Estados modernos a inviabilizam. Refuta, também, a proposta do mandato imperativo e sua consequência, que é a revogação do mandato. Argumenta que atualmente o partido coloca-se, ou deveria colocar-se, entre o eleitor e o deputado, condicionando o seu comportamento. A disciplina partidária é, portanto, o substituto funcional do mandato imperativo.

Em ambos os casos Bobbio tem grande parte da razão. A proposta socialista de democracia direta, na verdade torna-

se um indicador do desprezo que os marxistas têm pelo tema, dada a sua precariedade. O que não impede, porém, tomá-la como alternativa para ser utilizada em esferas limitadas. O erro do autor italiano é não considerar seriamente tal possibilidade. Hoje, por exemplo, é grande a importância que se dá à democratização nas escolas, nos bairros, no local de trabalho e em inúmeros lugares onde as decisões afetam um número de pessoas plenamente compatível com a utilização da democracia direta. No geral, no entanto, é verdadeira a afirmação de que não existe um modelo alternativo ao Estado parlamentar ou democrático-liberal. Mas neste conceito cabem nuances significativas.

IV Liberalismo e socialismo são teorias políticas que foram concebidas, com alguma arbitrariedade, no século XIX. Como naturalmente a realidade é mutante, estas teorias tentam se adequar às novas questões, o que não impede no entanto sua defasagem relativa, especialmente a partir da metade deste século. Ao confrontar atualmente liberalismo e socialismo, deve-se considerar esse componente de busca de renovação. É aí que ambos os pensamentos se impregnam de aspectos afeitos inicialmente à concepção contrária.

Hoje há certo consenso na avaliação positiva da democracia como “regras do jogo”, seja por motivos éticos (a democracia permite maximizar a liberdade na esfera política), políticos (é o principal remédio contra o abuso de poder) e utilitário (os melhores interpretes do desejo coletivo são os próprios interessados).

Após a experiência do chamado socialismo real, a esquerda – pelo menos sua parte conseqüente – abandona o dogma dos sistemas centralizados, reconhecendo idéias centrais do liberalismo político, com a fecundidade do conflito e do dissenso, da pluralidade de pontos-de-vista e, conseqüentemente, da necessidade da limitação do poder estatal. Abandonando, portanto, a concepção da concentração do poder como forma de organização social.

Por outro lado, é inegável que o principal desafio que se coloca para o liberalismo é o do socialismo, que ataca o seu pressuposto lógico ao demonstrar que a esfera liberal da liberdade é meramente formal, em um mundo onde a maioria da

população sofre de carências básicas. O Estado liberal muda de face ao ter de dar resposta à questão social, violando seu postulado básico de não-intervenção do Estado na vida econômica e social.

A tensão entre socialismo e liberalismo pode ser traduzida na tensão Estado/Mercado. Na prática, o que ocorre nos países liberais é o compromisso do movimento operário com a burguesia, onde o primeiro garante conquistas sociais, econômicas e políticas e o segundo legitima a apropriação privada dos meios de produção(3). Como salienta Cerroni (1990:22), “nos

“É inegável que o principal desafio que se coloca para o liberalismo é o do socialismo ”

ordenamentos democráticos evoluídos são claramente identificáveis ‘partes’ ligadas à tradição liberal e ‘partes’ ligadas à tradição socialista.”

Bobbio aponta bem a dificuldade de relacionar liberalismo e socialismo, na medida em que liberdade e igualdade são valores antitéticos, pois

“fundam suas raízes em concepções do homem e da sociedade profundamente diversas: individualista, conflitualista e pluralista, a liberal; totalizante, harmonia e monista, a igualitária.” (BOBBIO, 1990:39)

É por este motivo que a democracia social, ou o Welfare State, recebe dupla crítica: a direita aponta a diminuição das liberdades in-

dividuais, devido à excessiva intervenção estatal; a esquerda afirma que representa a solução de compromisso entre o velho e o novo, obstaculizando a realização do socialismo.

Como se vê, é complicado relacionar socialismo e liberalismo quando na esfera da realidade os postulados de ambos se fundem em certa medida(4). Cremos que uma boa forma de abordar o problema é lançando mão dos conceitos de democracia formal e democracia substantiva. Sob esta ótica, vejamos o que pensa Bobbio.

Em certa passagem de sua obra, o autor italiano chama a atenção para o fato de que o igualitarismo democrático é estranho ao pensamento liberal, que não reivindica certa equalização econômica. A democracia pode ser tomada como desenvolvimento natural do Estado liberal apenas no sentido de fórmula

política (soberania popular) e não no sentido que remete a uma igualdade substantiva. Neste sentido, afirma que apenas os Estados nascidos liberais tornam-se democráticos e apenas neste há respeito aos direitos dos homens. Aqui Bobbio refere-se à concepção de democracia formal, e mesmo nesta perspectiva omite o fato de que o sufrágio universal era repudiado pelo liberalismo, ou seja, foi uma conquista externa aos postulados liberais. Assim, se só as democracias liberais resguardam certos direitos, o mérito deve ser estendido além dos limites do liberalismo.

Aliás, apesar de adotar a concepção de democracia como “regras do jogo”, Bobbio é dúbio quanto a relação de democracia formal e

democracia substancial. Em qual Socialismo? Afirma que a discussão sobre a relação democracia e socialismo visa exatamente incorporar o problema da democracia substancial. Em qual Socialismo? afirma que a discussão sobre a relação democracia e socialismo visa exatamente incorporar o problema da democracia substancial. Apesar desta afirmação, não procura desenvolver o tema, o que é algo sintomático e cuja explicação pode ser encontrada em outra obra sua, *Estado, Governo e Sociedade*, editada quase dez anos depois, em que a relação de democracia formal e substancial merece umas poucas páginas. Vejamos quais são seus argumentos. Inicia afirmando que o significado da democracia atualmente deve incluir não apenas questões formais, relacionadas com as perguntas *Quem governa?* e *Como governa?* Deve-se atentar também para o significado da democracia relacionado com *fins* ou *valores*, ou conteúdo do regime democrático. Aí, o que conta não é a igualdade jurídica, mas a econômica e social. Reconhece a importância das duas dimensões do conceito de democracia, explicita a idéia de que a democracia perfeita deveria ser ao mesmo tempo formal e substancial. Mas, surpreendentemente, esgota o tema com poucas palavras. Afirma ser estéril o debate entre as duas formas, pois "um regime deste gênero pertence, até agora, ao gênero dos futuríveis." (BOBBIO, 1987:158).

Em outra obra, (BOBBIO, 1990:38), revela mesmo certa confusão. Relaciona democracia formal com *governo do povo* e democracia substancial com *governo para o povo*. Mistifica implicitamente a capacidade das "regras do jogo" em

democratizar realmente o poder. Isto porque tal distinção guarda uma confusão lógica: um governo do povo seria logicamente *para o povo*.

A maneira precária com que Bobbio trata a questão, e que é crucial para a relação democracia, liberalismo e socialismo, merece críticas. O autor italiano não considera o fato relevante de que a democracia formal pode ruir sem a contrapartida da democracia econômica e social. Já nos primórdios do pensamento liberal, Mill afirmava que para se manter a sociedade unida há

"Apesar de adotar a concepção de democracia como "regras do jogo", Bobbio é dúbio quanto à relação de democracia formal e democracia substancial."

necessidade de algum critério de justiça distributiva. Sem negar tal necessidade, Bobbio apresenta uma questão realmente complexa, que tem ocupado muita gente: distribuir com qual critério? O que não vale como argumento para descartar tal questão: sua complexidade não significa motivo para que seja abandonada.

Como exemplo atual, Weffort, analisando o caso da América Latina, vê como necessária a articulação das duas formas de democracia, na medida que "*o funcionamento das regras mínimas de procedimento de uma democracia política implica a existência de certas condições sociais mínimas...[e ainda que] a cidadania é uma realidade política institucional, por*

certo distinta da realidade social do indivíduo, mas apoiada nesta." (WEFFORT, 1992:98 e 100)

Em resumo, cremos que é insustentável restringir o conceito de democracia a um método político. De alguma forma, há uma relação necessária entre as duas maneiras de conceituar a democracia. Isto porque, enquanto a "democracia formal" é necessária para a convivência dos diversos interesses e para a existência da liberdade, a "democracia substancial" aponta para um nível desejável de igualdade. Se com a falta de liberdade é difícil a manutenção de algum nível de igualdade, em contrapartida, as desigualdades acentuadas acabam por solapar a possibilidade da liberdade. As regras de procedimento não podem ser, portanto, formas vazias, desprovidas de qualquer conteúdo social.

Outro ponto problemático na obra de Bobbio é que não explicita o que entende por socialismo. Reconhece, por um lado, que os socialistas colocaram - tanto prática, como teoricamente - os anseios por uma sociedade mais livre e igualitária, aprofundando e buscando substancializar os ideais liberais. Segundo suas palavras,

"o socialismo nunca repudiou, pelo menos em teoria, a democracia, mas sempre se apresentou como uma forma mais perfeita de democracia ou como o acabamento histórico do ideal democrático sob a forma de uma democracia não mais formal, porém substancial, não mais somente política

mas também econômica, não somente de proprietários mas de todos os produtores...” (BOBBIO, 1983:29)

Apesar de reconhecer este papel para os socialistas, recusa-se a especular o que seria o socialismo. No final de seu livro *Qual Socialismo?* – ironicamente, o título é a pergunta a que não responde – apenas marca posição sobre a necessidade de preservação das instituições liberais, que será o meio pelo qual a alternativa vitoriosa se desenvolverá.

Ou seja, aí Bobbio é otimista quanto aos resultados do jogo democrático, pois para ele a democracia é subversiva: subverte o poder que desce do alto para baixo (1983:64). Podemos abordar sua afirmação de duas formas: primeiro, apontando a contradição interna aos seus textos; depois, entrando no seu mérito.

Diante da idéia exposta acima, Anderson (1989) busca demonstrar que Bobbio é cético quanto aos caminhos que levariam ao socialismo, ou seja, às reformas estruturais realizadas de baixo para cima ou em sentido inverso. Teme, em ambos os casos, a provável ruptura da ordem, pela reação violenta dos interesses ameaçados. Talvez resida aí o motivo pelo qual o autor italiano evite discutir o tema da democracia formal é conservadora. E esta conclusão é expressa nas próprias palavras de Bobbio, pinçadas por Anderson:

“A aceitação de um regime democrático pressupõe a aceitação de uma ideologia moderada” [porque] “decisões da maioria numa ordem política baseada no sufrágio universal permitem

alterações no sistema, mas não permitem alterações do sistema” (Citado em ANDERSON, 1989:38)

Por outro lado, pode-se defender que, na prática, o Estado liberal serve de guardião das relações de mercado e da economia privada. Seu grande objetivo

“é a sistematização dos processos, das formas e das garantias aptas a estabilizar a tutela do indivíduo diante dos outros indivíduos e diante do Estado.” (CERRONI, 1990:21)

“A democracia, já foi dito, é um caminho. Mas para onde?”

E este objetivo se consubstancia no Estado abstencionista “que tende a garantir antes a estática que a dinâmica social” (Idem, p.21). Prova disto é que, como chamou atenção Perry Anderson, o Estado liberal acabou por sucumbir ao nazi-fascismo e nunca ao socialismo.

Neste ponto é proveitoso remeter ao trabalho de Bacharach e Baratz (1963). Estes autores chamam atenção para o fato de que o poder só é passível de observação nas situações de *decision-making*, ou seja, de que o poder só se manifesta quando há participação em decisões. Fora daí, há um campo tão ou mais importante de manifestação do poder que é da *não-decisão*. Esta outra “face” do poder é exercida quando se reduz o âmbito das decisões a problemas inócuos ao *statusquo*, através do fortalecimento de certos valores sociais e políticos

hegemônicos e de determinadas práticas institucionais. Forma-se, assim, um núcleo de assuntos que são impermeáveis às instituições democráticas. Um exemplo claro nos regimes capitalistas é a questão da propriedade privada, que de forma geral, não faz parte da agenda de decisões. Esta idéia corrobora a afirmação de Bobbio de que a democracia formal não permite reformas estruturais.

O realismo é um atributo que Bobbio procura valorizar. Já que não há acordo sobre o que se deve entender por socialismo, o melhor é não se aventurar com atalhos. Como já vimos, nega-se a pronunciar sobre o fim desejável, pois,

“Trata-se (...) de abrir caminho entre a recusa das construções quiméricas, realizáveis somente no reino da utopia ou naquela idade de ouro no qual não eram de fato necessárias” (Spinoza) e a apologia do que existe. A democracia, já foi dito, é um caminho. Mas para onde?” (BOBBIO, 1983:110)

Não resta dúvida de que o realismo deve ser um componente das proposições políticas. Mas daí a se negar a apresentar alternativas logicamente válidas e viáveis, deixando o livre jogo do mercado político ditar as soluções, é algo inaceitável. Mesmo porque, é importante o papel que as concepções políticas prospectivas, ou utopias realistas, poderíamos dizer, têm na luta política: orientam a ação e permitem a conjugação de esforços no sentido da construção de um mundo desejável.

Porém, ao abordar o tema do neoliberalismo, que refuta com razão, dá mostras mais uma vez de

dubiedade. Propõe "um projeto de contrato social diverso, que inclua em suas cláusulas um princípio de justiça distributiva" (BOBBIO, 1986:128) que não convence: é vago e contraditório com sua posição de não tratar da democracia substantiva.

VQual o balanço que se pode fazer das idéias de Bobbio? Pode-se dizer, inicialmente, que é um liberal atormentado pelas idéias socialistas, com as quais debate ao longo de sua obra. Chega mesmo a ser um conservador não assumido, diga-se de passagem, quando se recusa propor a superação da democracia-liberal, apesar de apontar e ter consciência de suas deficiências. Apresenta, assim, aspectos louváveis e outros problemáticos, ao longo de suas obras. Aponta com argúcia e propriedade a precariedade da teoria política marxista e a falta de realismo de suas propostas. Coloca como princípio básico a concepção individualista do liberalismo e a importância das formalidades na construção da

ordem democrática. São aspectos que a esquerda não pode minimizar; ao contrário, deve incorporar.

Neste sentido, aborda a questão crucial dos dilemas da construção da democracia através de temas práticos. Mais que soluções, porém, aponta os impasses. Como chama a atenção Anderson, o autor italiano indica corretamente as promessas não cumpridas da democracia formal, ou seja, as deficiências inerentes à democracia representativa. Aí expressa um certo paradoxo: insiste em salvar o que constata ser comprometidamente defeituoso. Trabalha com pesos diferentes; a democracia formal é defeituosa mas merece ser debatida; a democracia substantiva idem, porém não vale o esforço de abordá-la. Na verdade, Bobbio é excelente para explicitar impasses, mas pífio ao apresentar soluções, o que empresta uma aura claustrofóbica a seus textos.

Sua falha maior, no entanto, é se

recusar a abordar de forma detida a relação entre democracia formal e substancial ou, em outras palavras, dois aspectos cruciais que ligam liberalismo e socialismo. Tal recusa revela o ceticismo quanto à compatibilização do liberalismo e do socialismo ou quanto à democracia mais ampla. Arriscando uma hipótese, pode-se dizer que o sentimento que parece movê-lo é o de que, para quem viveu o fascismo, é melhor e mais seguro se contentar com a democracia defeituosa que se tem, que aventurar-se em outras experiências.

Apesar de tudo - ou por tudo isso - é um autor fascinante, que coloca as questões de forma clara, sem afetação, e cuja leitura é indispensável para quem pretende entender os dilemas políticos de nossa época. Na verdade, suas dificuldades e omissões, suas proposições e críticas expressam os dilemas gerais da organização política de nossa época.

- 1 - É curioso como Marx em seus escritos juvenis vislumbra uma questão que só mais tarde se colocaria como problema crucial, ou seja, a questão da burocracia e tecnocracia. É uma pena que tenha lançado à "crítica dos ratos" a idéia central que a passagem seguinte expõe:
"A burocracia é um círculo do qual nada pode escapar. Esta hierarquia é uma hierarquia do saber. A cabeça remete para os círculos inferiores a preocupação de compreender os detalhes e os inferiores julgam que a cabeça pode compreender o geral. Assim se enganam mutuamente." (*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, citado em Paixão, A.L. *Análise e Conjuntura*, V. 4, n° 1, Belo Horizonte, 1989).
O incrível é que marxistas posteriores continuaram ignorando tais questões.
 - 2 - Será que é tão pouco claro assim? Ou será um artifício para não se imiscuir em temas pelos quais não tem o menor apetite? Mesmo que, de forma abstrata, os próprios autores liberal-socialistas dêem ênfase à questão. Atualmente, autores liberais como Datil e Lindblom, por exemplo, não fogem ao tema.
 - 3 - A análise de tal compromisso é feita em Przeworski, A. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
 - 4 - Em debate sobre o socialismo, Alencastro, L. F., indaga sobre os critérios que diferenciam socialismo com o Welfare State dos países nórdicos, por exemplo. Ou seja, aponta para uma certa tensão conceitual entre socialismo - pode-se incluir liberalismo - e os Estados sociais contemporâneos. Ver *Novos Estudos*, CEBRAP, n° 30, 1991.
 - 5 - **Bibliografia:** ANDERSON, P. "As afinidades de Norberto Bobbio". *Novos Estudos* CEBRAP, n° 24, São Paulo, 1989. BACHARACH, P. e BARATZ, M. "Decisions and Non-decisions: an analytical framework." *American Political Science Review*, Washington, vol. 57, 1963. BAHRO, R. *A alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. BOBBIO, N. *Qual socialismo?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. *Estado, Governo, Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. *Liberalismo e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1990. CALOGERO, G. *Difesa del liberalsocialismo*. Roma: Atlântica, 1945. CERRONI, U. "Liberalismo e Socialismo". *Novos Rumos*, ano 5, n° 18/19, 1990. WEFFORT, F. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- * Economista, Mestre em Ciências Políticas/ UPMG, Doutor em Ciências Sociais/ UNICAMP, Professor da UNA.